

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

Com o objetivo de avaliar a capacidade de resposta dos cuidados de saúde primários nos concelhos de Albufeira, Faro, Loulé, Olhão e S. Brás de Alportel, uma delegação do PCP reuniu recentemente com o Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde Algarve I – Central (ACES Central), que integra os centros de saúde destes concelhos.

A delegação do PCP inteirou-se de diversos problemas existentes no ACES Central, nomeadamente, a elevada carência de recursos humanos, os inadmissíveis tempos de espera para consultas externas dos utentes referenciados para o Hospital de Faro, as faltas de material clínico e de medicamentos, a inadequação da rede informática e um parque automóvel reduzido e envelhecido.

O ACES Central confronta-se com uma notória carência de profissionais de saúde. De acordo com dados disponibilizados recentemente pela ARS do Algarve no decurso de uma audição na Comissão Parlamentar de Saúde, faltam 42 médicos, 11 enfermeiros, 1 técnico superior, 10 técnicos de diagnóstico e terapêutica, 14 assistentes técnicos e 68 assistentes operacionais, num total de 146 profissionais de saúde.

A falta de médicos reflete-se na elevada percentagem de utentes dos centros de saúde dos concelhos de Albufeira, Faro, Loulé, Olhão e S. Brás de Alportel que não dispõem de médico de família. São, de acordo com os dados do ACES Central, 29%. Se aos utentes acrescentarmos aqueles que na última atualização dos ficheiros foram considerados não frequentadores (por não terem recorrido nos últimos 3 anos aos centros de saúde), então esta percentagem sobe para 37%.

Assinale-se que, apesar do anúncio pelo Ministro da Saúde da eminente abertura de concursos para a contratação de alguns enfermeiros, o ACES Central não tem qualquer indicação se e quando serão colocados esses enfermeiros. Além disso, o Ministério da Saúde continua a recusar a abertura de concursos para técnicos superiores, técnicos de diagnóstico e terapêutica, assistentes técnicos e assistentes operacionais.

A grave carência de assistentes técnicos e de assistentes operacionais no ACES Central poderá agravar-se a curto prazo, já que 32 (dos 110) assistentes técnicos e 14 (dos 98) assistentes operacionais têm contratos a termo resolutivo certo que estão a chegar ao fim e ainda não foram abertos concursos para a regularização da sua situação. Saliente-se que alguns destes profissionais de saúde são mantidos numa situação de precariedade laboral há muitos anos (nalguns casos, há 10 anos).

Constata-se ainda a existência de graves problemas no que diz respeito à referenciação para consultas externas no Hospital de Faro (hospital de referência dos centros de saúde do ACES Central), com tempos de espera excessivos em diversas especialidades (podendo atingir vários anos), com sérias consequências ao nível da qualidade dos cuidados de saúde prestados às populações.

Nos centros de saúde do ACES Central – como, aliás, nos centros de saúde dos ACES Barlavento e Sotavento – há um problema de falta de material clínico e de medicamentos, originado pela incapacidade da ARS do Algarve de repor *stocks*. Esta situação tem, naturalmente, um impacto muito negativo na qualidade de prestação de cuidados de saúde aos utentes dos centros de saúde.

A infraestrutura tecnológica do sistema informático que serve o ACES Central está obsoleta. Tendo sido instalada há quase 20 anos, dispõe de uma largura de banda muito reduzida, pelo que a transferência de dados é extremamente lenta. A aquisição de novos computadores para os centros de saúde do ACES Central, prevista para os próximos meses, não resolverá, obviamente, o problema, já que este reside na própria rede. Este problema há muito que se encontra referenciado, mas nada tem sido feito.

O parque automóvel do ACES Central é reduzido e está envelhecido, criando sérios condicionalismos à deslocação dos profissionais de saúde no âmbito das visitas domiciliárias ou de diversos programas. Refira-se que algumas viaturas têm mais de meio milhão de quilómetros, não estando aptas para o serviço. Se este parque automóvel não for renovado, os cuidados de saúde na comunidade poderão, a curto prazo, ficar ainda mais comprometidos.

Os Cuidados de Saúde Primários são parte integrante do Serviço Nacional de Saúde, de que constituem função central e são o principal núcleo. Apesar da sua importância estratégica e dos avanços registados em Portugal depois da Revolução de Abril, nos últimos anos sucessivos governos têm conduzido uma política de progressivo desinvestimento nos cuidados de saúde primários por via da diminuição da sua capacidade de resposta, da desvalorização social e profissional dos profissionais que neles trabalham e, sobretudo, da carência de dotação de recursos humanos, financeiros e técnicos que possibilitem a assunção dos objetivos que norteiam a prestação neste nível de cuidados de saúde. Tal política de desinvestimento põe em causa um direito fundamental, consagrado na Constituição da República Portuguesa: o direito à saúde.

Pelo exposto e com base nos termos regimentais aplicáveis, vimos por este meio perguntar ao Governo, através do Ministério da Saúde, o seguinte:

1. Reconhece o Governo que o facto de o ACES Central não dispor de médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica, técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais em número suficiente, se traduz, apesar do empenho e dedicação destes

profissionais, na degradação dos cuidados de saúde primários prestados às populações dos concelhos de Albufeira, Faro, Loulé, Olhão e S. Brás de Alportel?

2. Quando serão colocados mais médicos de medicina geral e familiar no ACES Central?
3. Quando serão realizados os procedimentos concursais para recrutamento de enfermeiros, técnicos superiores, técnicos de diagnóstico e terapêutica, assistentes operacionais e assistentes técnicos em falta no ACES Central, com vista à sua inserção na respetiva carreira e estabelecimento de vínculo?
4. Quando será regularizada a situação dos assistentes técnicos e assistentes operacionais cujos contratos a termo resolutivo certo estão a chegar ao fim?
5. Que medidas serão tomadas pelo Governo para diminuir os tempos de espera para as consultas externas do Hospital de Faro, que chegam a ser de vários anos em algumas especialidades?
6. Que medidas serão tomadas pelo Governo para resolver o problema das falhas de material clínico e de medicamentos no ACES Central?
7. Quando será renovada a obsoleta infraestrutura tecnológica do sistema informático que serve o ACES Central?
8. Reconhece o Governo que se o parque automóvel do ACES Central não for renovado, os cuidados de saúde na comunidade poderão, a curto prazo, ficar ainda mais comprometidos? Quando será renovado esse parque automóvel?

Palácio de São Bento, segunda-feira, 21 de Julho de 2014

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)

PAULA SANTOS(PCP)

CARLA CRUZ(PCP)